

**Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s)
fronteira(s) da Amazônia brasileira**

**Society, natural resources and development on the frontier(s)
of the Brazilian Amazon**

**Sociedad, recursos naturales y desarrollo en la(s) frontera(s) de
la Amazonía brasileña**

André Cutrim Carvalho

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP. Professor-pesquisador da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/NUMA/UFGA.
andrecc83@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-0936-9424>

Christian Nunes da Silva

Doutor em Ecologia Aquática e Pesca, Mestre em Geografia, Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFGA) e Pesquisador do GAPTA/UFPA/CNPq.
cnsgeo@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0001-7753-5394>

João Márcio Palheta da Silva

Geógrafo pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Doutor em Geografia pela UNESP. Professor-Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA. Professor Convidado do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) em Portugal.
jmpalhetaufpa@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-0354-4639>

Recebido: 30/10/2024; Aceito: 11/12/2024; Publicado: 28/12/2024.

Nota Editorial

O presente dossiê, intitulado: “Sociedade, Recursos Naturais e Desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira”, oferece aos leitores da InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade uma análise abrangente, crítica e multifacetada das complexas dinâmicas que caracterizam as fronteiras da Amazônia brasileira.

Essas múltiplas fronteiras ostentam uma imensa biodiversidade que, embora abundante, tem enfrentado uma assustadora e progressiva erosão em sua estrutura social,

causada por uma série de práticas insustentáveis, tais como: desmatamento das florestas, construção de barragens e abertura de estradas, exploração madeireira, atividades de mineração, poluição dos rios, pesca predatória, além da expansão da atividade (agro)pecuária de natureza predatória.

Considerando o aspecto socioeconômico, a fronteira se configura como uma arena paradoxal de intensa atividade do capital – ou mercado para alguns –, mas também de pobreza e profundas desigualdades sociais, que têm afetado os povos originários e comunidades tradicionais pertencentes a essas fronteiras.

No Brasil, os altos índices de desemprego e de condições de pobreza têm desempenhado um papel significativo no exacerbamento de diversas formas de discriminação social, além de contribuir para a violência urbana e rural, limitar o acesso à educação de qualidade, insegurança alimentar, restringir o acesso a serviços de saúde adequados, acelerar a degradação ambiental, expandir moradias em áreas de risco e ampliar a desigualdade no acesso a tecnologias e internet. Estas incluem, mas não se limitam a: discriminação racial, etária, cultural, de gênero e, até mesmo, ambiental.

Na realidade visceral dos fatos, a desigualdade social na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira configura-se como um problema estrutural, fortemente enraizado em sua história socioeconômica. Esse problema, por sua vez, tem suas origens vinculadas à abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, a qual não foi devidamente acompanhada por uma reforma agrária justa e equitativa, capaz de distribuir terras para todos aqueles trabalhadores sem terras com potencial para serem agricultores. Além disso, por parte do Estado brasileiro, não houve um esforço concentrado voltado para investimentos em educação em todos os níveis.

De fato, a luta contra a desigualdade social e a pobreza constitui um elemento fundamental na pauta de qualquer administração governamental comprometida com a dignidade humana e o bem-estar social dos seus cidadãos. É evidente que o desenvolvimento de uma nação deve ser perseguido de forma permanente e incessante, sobretudo em áreas de fronteira. Mais importante ainda é que esse desenvolvimento caminhe *pari passu* com uma ampla (re)distribuição da renda e uma necessária mitigação da pobreza e do desemprego em todas as estratificações sociais.

Em termos históricos e culturais, as fronteiras da Amazônia brasileira nunca foram vistas como regiões homogêneas e, sem dúvida, jamais serão, contrariando o que alguns poderiam supor inicialmente. A diversidade econômica, social, ambiental e, fundamentalmente, cultural constitui o traço mais característico dessas “regiões-continentes”, como exemplificado no próprio território brasileiro.

Indubitavelmente, a concepção da Amazônia como uma entidade singular é contraposta pela existência, no mundo real, de muitas “Amazônias”, sejam elas delineadas por critérios ecológicos, geográficos, socioeconômicos, institucionais ou culturais, manifestadas através de múltiplos critérios para a sua devida caracterização contemporânea.

Em um contexto ambiental, porém, as fronteiras destas “Amazônias” ostentam uma biodiversidade que, mesmo sendo profusa, tem enfrentado uma perigosa degradação impulsionada, principalmente, pelo avanço da fronteira agropecuária extensiva, que inclui práticas como a do desmatamento e queimadas nas florestas, monoculturas e utilização intensiva e, cada vez mais, insustentável dos recursos naturais, comprometendo assim a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas locais.

Assim, do ponto de vista cultural, a fronteira representa um repositório de pluralidade étnico-cultural, amalgamando influências indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outros povos e comunidades que compõem a densidade populacional da floresta Amazônica e que estão vinculados a um tecido social intrinsecamente imbricado. A salvaguarda desse legado cultural torna-se um vetor estratégico na configuração de modelos de gestão (ou governança) ambiental e de participação social para uma Amazônia que deseja ter um desenvolvimento socioeconômico sustentável pautado pelo: crescimento do bem-estar econômico; redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade; melhoria das condições relacionadas ao bem-estar (saúde, educação, moradia e transporte); e manejo responsável dos recursos naturais.

Em termos institucionais, as áreas de fronteira no Brasil, em especial as da Amazônia, têm apresentado uma gama de desafios singulares no âmbito da gestão (ou governança para alguns) e necessidade de coordenação entre diferentes níveis de instâncias governamentais, instituições e participação de inúmeros atores sociais, que vão desde organizações não governamentais até os povos originários e demais comunidades da floresta.

Isso evidencia uma constatação: o presente dossiê, publicado nesta edição da InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, transcende a sua função original de simplesmente compilar artigos sobre o papel da(s) fronteira(s) na Amazônia brasileira. Na realidade, ele serve como uma espécie de vetor epistemológico para ajudar na promoção de políticas públicas, intervenções sociais ancoradas em uma visão holística e interdisciplinar envolvendo as ciências, além de oferecer um suporte analítico rigoroso para a concepção da fronteira enquanto categoria histórica.

Esse cenário coloca à tona desafios normativos-institucionais expressivos que demandam abordagens inovadoras no que diz respeito à gestão ambiental, e que possam garantir o uso verdadeiramente sustentável dos recursos naturais nas fronteiras da

Amazônia. Tais abordagens devem envolver, entre outras ações, a criação de políticas públicas de Estado, o aprimoramento da governança em escalas local, regional e nacional, assim como a adoção de modelos econômicos que possam conciliar incentivos ao mercado com as metas de um desenvolvimento que não seja sustentável apenas na teoria, mas também socialmente justo e economicamente viável na sua efetiva prática.

É evidente, desta forma, que a escolha temática carrega sua própria legitimidade e se justifica por si só. Nesse contexto, as fronteiras da Amazônia brasileira devem emergir como um epicentro crítico de interseção de relações interculturais, um palco de uma gama diversificada de desafios que se estendem desde esferas político-sociais até complexas implicações sociais, econômicas e ambientais.

Assim, decifrar e compreender a dinâmica historiográfica do avanço dessas fronteiras, permeada pela dinâmica de atuação do capital, representa o primeiro passo na busca por soluções que possam beneficiar os povos e comunidades que ali vivem. Portanto, é crucial compreender a fronteira como uma categoria histórica em constante processo de evolução, sujeita a transformações de natureza social, econômica, ambiental, cultural e institucional.

Definitivamente, esta constitui a contribuição mais importante que este dossiê conseguirá oferecer ao público leitor da InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, mediante conteúdo apresentado em seus respectivos artigos. Importante sublinhar que esses artigos, redigidos por uma plêiade de professores(as), alunos(as), enfim, pesquisadores(as) do Brasil, oriundos das mais variadas formações acadêmicas, Universidades e campos de atuação, destacaram-se por oferecerem análises únicas – e, muitas vezes, pioneiras sobre o assunto –, metodologicamente adequadas e analiticamente detalhadas sobre a temática fronteira. Todas, sem exceção, são devidamente respaldadas por uma perspectiva indiscutivelmente interdisciplinar.

Talvez por isso, o adjetivo “hiperbólico”, empregado no sentido de exagerado, seja adequado para descrever com precisão e em diversos aspectos os resultados surpreendentes que serão revelados nos estudos e observações apresentados neste dossiê da InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade.

Essa importância torna-se ainda mais evidente ao observar a dinâmica específica e manifesta do processo de “avanço da fronteira” que vigora, mesmo nos dias atuais, na Amazônia brasileira. Logo, o termo “fronteira” deve ser aplicado para as regiões cujas condições sociais, econômicas e culturais resultam da aplicação das mais antigas instituições e das mais variadas ideias para transformar o uso e a influência de terras livres que ainda não foram ocupadas, ou seja, terras livres para a sua ocupação.

Nesse cenário, o acesso à posse da terra representa a “chave” que desbloqueia repentinamente um universo de possibilidades, dando origem a atividades inovadoras, alternativas diversificadas de crescimento e desenvolvimento, em particular o sustentável, instituições emergentes, e conceitos revolucionários trazidos para a existência real, inclusive para o conhecimento sobre formas inéditas de se expandir a fronteira.

Isso mostra que o processo de ocupação territorial das áreas de fronteira na Amazônia brasileira não se materializou exclusivamente por meio da presença de pequenos produtores agrícolas organizados em unidades familiares de produção. Em vez disso, tal processo tem sido conduzido por uma complexa amálgama que envolve distintos estratos sociais, compostos tanto por pequenos produtores assentados em estruturas familiares quanto por empresários do denominado “agronegócio” de diferentes escalas, abrangendo pequenos, médios e grandes proprietários de latifúndios rurais.

Além destes, especuladores fundiários, imobiliários e investidores capitalistas, bem como indivíduos desprovidos de meios de produção próprios, integram essa complexa tapeçaria social, todos convergindo para a(s) fronteira(s) da região com distintos propósitos, seja para estabelecer uma propriedade, fomentar atividades produtivas, promoção de investimentos para fins especulativos, ou para simplesmente situar um modo de vida sustentado pela dinâmica socioeconômica da região fronteira.

Essa dinâmica torna-se, particularmente, preocupante quando examinada pelo ponto de vista jurídico-institucional, uma vez que a fronteira costuma ser também o locus do descumprimento das leis no âmbito de um estado democrático de direito. Dito de outra forma, trata-se de uma área na qual o aparato normativo e coercitivo das instituições e organizações do Estado se encontra ausente, ou, quando existe, está convenientemente subordinado aos interesses de uma oligarquia agrária e das elites econômicas da região, atuando como representante dos interesses do capital – algo que alguns costumam simplificar inadequadamente ao se referirem a ele como “mercado”.

Com efeito, na maior parte das vezes, os processos econômicos determinam a forma como os interesses privados se manifestam na busca de riqueza, lucro e na apropriação dos recursos naturais. Entretanto, embora a fronteira seja frequentemente o locus por excelência de terra em abundância e da propriedade privada, aparentemente ilimitada, a ideia de riqueza e prosperidade para todos na Amazônia brasileira foi dificultada para uma ampla maioria da população, sobretudo para os segmentos sociais menos favorecidos e economicamente vulneráveis.

No caso do Brasil, é imperativo reconhecer que nos dias de hoje a fronteira constitui uma Instituição intrínseca à configuração do Estado brasileiro. Esse fenômeno remonta à era da ditadura civil-militar, período no qual foi instaurada a “Operação

Amazônia”, resultando na criação da Amazônia Legal e no estabelecimento de um aparato legislativo advindo de instituições como o Banco da Amazônia S.A. (BASA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e, em momentos subsequentes, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses mecanismos foram decisivos para a consecução de uma metamorfose na região em uma fronteira econômica, palco principal dos conflitos agrários no território brasileiro.

Cumpra salientar que no período de 2019 a 2022, sob a gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o Brasil enfrentou uma crise de contornos políticos extremamente preocupante, cujos impactos reverberaram de forma incisiva sobre as fronteiras da Amazônia brasileira, tornando-as locais de tensões políticas e sociais, fluxos migratórios desordenados e atividades ilícitas como o contrabando e a exploração ilegal – portanto criminosa – de recursos minerais, madeireiros e hídricos.

Percebe-se, desta forma, que na Amazônia brasileira a questão do uso e da propriedade de terra é crucial, especialmente em áreas de fronteira com grande potencial para exploração de recursos naturais. O que se constata é que os mecanismos de acumulação capitalista têm delineado formas particulares e estabelecido especificidades intrínsecas à infraestrutura socioeconômica das fronteiras, evidenciando, assim, o seu caráter histórico. Isso mostra quão imperativo é compreender a fronteira não apenas como um espaço geográfico, mas como uma manifestação concreta das relações sociais de produção capitalista, em que as contradições de classe são intensificadas e a luta pelo controle dos meios de produção se torna constante.

Essa realidade se concretiza à medida que a estrutura social na(s) fronteira(s) encontra-se predominantemente subordinada e influenciada pelos preceitos inerentes à lógica de acumulação capitalista. Este impacto tem se manifestado de forma abrangente, afetando diversas esferas como a socioeconômica, cultural, institucional, e exercendo uma influência decisiva sobre o meio ambiente e a administração da sua vasta biodiversidade.

No entanto, mesmo com tantas adversidades no decorrer da formação histórica da fronteira nestas “Amazônias”, pode-se afirmar que o atual fortalecimento dos modelos de governança, a luta por melhores condições de vida, o direito à propriedade da terra e o uso sustentável dos recursos naturais representam conquistas relevantes e essenciais para os povos originários e outras comunidades das fronteiras nessas regiões. Logo, torna-se irrefutável o fato de que certos avanços de magnitude considerável foram conquistados.

De fato, a efetiva promoção de práticas de boa governança, o empenho em melhorar as condições de vida, o estabelecimento de direitos fundiários e a incorporação de estratégias sustentáveis de uso dos recursos naturais representam importantes conquistas para os povos originários, comunidades tradicionais, classe trabalhadora, além de outros

grupos sociais que seguem habitando estas áreas de fronteira, como também sinalizam um caminho para a construção de uma coexistência mais justa, equilibrada e sustentável.

A publicação deste dossiê se apresenta não só como atual e pertinente, mas também como uma contribuição acadêmica indispensável. Ele oferece, por sinal, uma série de análises e reflexões críticas, que são cruciais para a compreensão da complexidade das fronteiras do Brasil, evitando conjecturas infundadas ou inferências enviesadas.

Nesse sentido, este dossiê representa um marco para os debates interdisciplinares e uma leitura essencial para todos aqueles comprometidos com a busca por soluções equitativas e sustentáveis para os desafios contemporâneos que se avizinham. Ele se destaca como uma fonte de conhecimento profundo e de *insights* valiosos, contribuindo significativamente para o enriquecimento da literatura acadêmico-científica e, conseqüentemente, para a devida interpretação da temática sobre fronteira(s).

Desejamos a todos(as) da InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade uma ótima leitura, na esperança de que as reflexões aqui apresentadas possam inspirar novas ideias e fomentar um diálogo que seja construtivo, crítico e transformador para a sociedade e, também, alinhado com os pressupostos básicos da sustentabilidade na(s) fronteira(s) da(s) Amazônia(s).

Saibam que este período de organização do dossiê, repleto de descobertas e desafios, evoca a melodia interrogativa de Chico Buarque em “O que será”, em que os questionamentos sobre o futuro e o destino ressoam profundamente em nosso trabalho. Em determinado trecho, é dito: “O que será que será que andam suspirando pelas alcovas?” As palavras desse “monstro” da música brasileira ressoam como um eco de nossas próprias indagações acadêmicas. Assim como na canção, procuramos antecipar e moldar o que virá, enfrentando as incertezas com esperança, sagacidade e determinação por dias melhores. Decididamente, estamos comprometidos em contribuir para um entendimento mais profundo sobre as fronteiras da Amazônia, não apenas aceitando seu futuro, mas também ativamente o moldando.

Cordialmente,

Belém-PA, dezembro de 2024.

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva.

Como citar:

ABNT

CUTRIM CARVALHO, A.; SILVA, C. N. da; PALHETA DA SILVA, J. M. Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira.

InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e25538, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25538>>. Acesso em: 28 dez. 2024.

APA

Cutrim Carvalho, A., Silva, C. N. da, & Palheta Da Silva, J. M. Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e25538, 2024. Recuperado em 28 dezembro, 2024, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e25538>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2024, Universidade Federal do Maranhão.

